

Ata da 1ª Reunião Comitê Coordenador PROBIO II

No dia **19/11/08**, às 10:00h, foi dado início à primeira reunião do Comitê Coordenador do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade - PROBIO II, no Ministério do Meio Ambiente, localizado no Edifício Marie Prendi Cruz, na quadra 505 norte. Estiveram presentes os seguintes membros e convidados:

Nome	Instituição
André Fenner	MS
Andréa Ferreira Portela Nunes	MCT
Arthur Brant	ICMbio
Arthur Silva Mariante	EMBRAPA
Braulio Dias	MMA
Carlos Alberto Benfica Alvarez	MMA
Carolina Juliani de Campos	MMA
Clara Oliveira Goedert	EMBRAPA
Daniela América Suárez de Oliveira	MMA
Fátima Pires de A. Oliveira	ICMBio
Fernanda Marques	FUNBIO
Gustavo de Oliveira	MMA
Gustavo Martinelli	JBRJ
Márcia Chame	FIOCRUZ
Márcia M. N. Paes	MMA
Marília Marques G. Marini	ICMBio
Norma Labarthe	FIOCRUZ
Rodrigo Rosado	CAIXA
Rogério Pereira Dias	MAPA
Sérgio Guimarães Pinto	CAIXA
Tatiana de Rezende Rosa	MMA
Ugo E. Vercillo	ICMBio

MANHÃ

10:00 - Discussão da Pauta da Reunião. A pauta foi aprovada com a seguinte programação:

Manhã:

I – Posse e apresentação dos membros

II – Discussão e aprovação do regimento interno do Comitê de Coordenação do PROBIO II (proposta em anexo)

III - Proposta e aprovação do calendário de reuniões para 2009. Foram IV - Aprovação do POA 2009

Tarde:

V - Definição das áreas prioritárias para desenvolvimento de projetos do PROBIO II

VI - Discussão sobre o lançamento de editais conjuntos para contratação de serviços e bens

VII - Discussão a respeito de bolsistas e capacitação dentro do projeto.

VIII – Discussão Contrapartida nacional X Avaliação de desempenho

IX – Deliberações finais

Após a leitura da pauta, a sra. Fátima Oliveira, do ICMBIO, solicitou que o tempo despendido em cada tema fosse proporcional à prioridade do assunto.

Item II da Pauta - Discussão dos artigos do Regimento Interno proposto para o Comitê de Coordenação do Probio II

A reunião foi iniciada com a discussão dos artigos do Regimento Interno proposto para o Comitê de Coordenação do Probio II. Os artigos foram discutidos um a um e, à medida que foram sugeridas e aprovadas alterações, o texto proposto foi modificado, resultando no documento constante do anexo I.

Abaixo apresentamos os pontos relevantes discutidos quanto à proposta do regimento, sendo que alterações como exclusões e modificações não serão citadas, visto que já estão registradas no anexo.

A sra. Fátima Oliveira apresentou dúvidas quanto às competências do Comitê Coordenador do Probio II, uma vez que havia certa confusão entre deliberar e acompanhar, foi proposta a alteração do documento original, conforme registro.

A sra. Márcia Chame, da Fiocruz levantou a questão sobre a possibilidade de se fazer alterações no Manual Operativo e, se possível, definir quem seria o responsável pela proposição dessas mudanças. Como resposta, o sr. Braulio Dias do MMA informou que o manual é dinâmico, porém, todas as modificações devem ter a concordância do Banco Mundial e que a UCP é a unidade responsável por efetuar as mudanças. A representante da Fiocruz solicitou que os parceiros fossem informados sempre da ocorrência de atualizações no Manual Operativo do Projeto. O sr. Braulio respondeu que esta proposta estaria inclusa no item III do regimento interno. Complementarmente, a Gerente do Projeto, a sra. Daniela Oliveira, se comprometeu a encaminhar oficialmente todas as modificações feitas no manual.

Durante a discussão do artigo 1º, inciso VIII foram levantadas dúvidas quanto ao termo “recursos remanescentes”. Como explicação, a Unidade de Coordenação do Projeto informou que o POA inicial (18 meses) era o limite e que o acesso a mais recursos ficaria na dependência de uma avaliação favorável do desempenho da instituição. Afirmou também que os valores do POA 2009 ultrapassaram os do POA de 18 meses.

A sra. Márcia Chame contra-argumentou afirmando que, no entendimento dela, os projetos foram planejados com um valor pré-determinado e que, dependendo da eficiência, o recurso remanescente poderia ser utilizado por um ou outro parceiro. Segundo o sr. Braulio Dias deveria ser utilizada a expressão “não alocados”, o que foi aceito e incorporado no regimento, conforme registro no documento. A sra. Andréia Nunes do MCT demonstrou preocupação pois, segundo ela, o texto do regimento daria a entender que a Conabio opinaria pela definição da utilização dos recursos.

Nesse momento, vários dos presentes demonstraram dúvidas quanto ao papel efetivo da Conabio no Probio II.

Segundo o sr. Braulio Dias, o papel da Conabio será dar algumas orientações de caráter político.

Item III da Pauta: Proposta e aprovação do calendário de reuniões para 2009

Os presentes concordaram que as reuniões do CCP sejam realizadas em 17/06/2009 e 18/11/2009.

TARDE

Item IV da Pauta - Aprovação do POA 2009

O sr. Braulio Dias informou que não foi possível fazer uma análise mais detalhada dos POAs antes da reunião, uma vez que a maioria dos parceiros encaminhou seu Planejamento um ou dois dias antes da reunião da CCP. Dessa forma, o presidente do CCP propôs que cada parceiro fizesse uma apresentação sucinta do seu POA, indicando as fontes de recursos. Como houve diferença nos orçamentos dos POAs 2009 em relação ao POA de 18 meses, foram necessários ajustes, ficando cada parceiro de enviar as correções até o final de novembro. Como, apesar de aprovados pela Comissão, alguns dos gastos podem ser questionados pelo Banco, os parceiros foram prevenidos de que poderá ser necessário submeter alguns itens à aprovação do Banco Mundial, que pode sugerir pequenos ajustes.

A sra. Fátima Oliveira apresentou o POA 2009 do ICMBIO com detalhamento quanto à fonte dos recursos. Explicou que o valor do POA 2009 maior que o do POA de 18 meses se devia a mudanças de estratégia do órgão, que antecipou o lançamento de editais incorporando essas despesas no POA 2009. Para se adequar aos valores do POA de 18 meses, foi proposta a eliminação, no POA 2009, do Edital de monitoramento, assim como serão feitos ajustes no Edital de Planos de Ação.

A UCP destacou que os Planos de Aquisições também serão submetidos ao Banco Mundial.

O representante do MAPA, Sr. Rogério Dias, informou que o POA 2009 de sua instituição apresentava valores menores que o POA de 18 meses. Adicionalmente, informou que irá encaminhar a contrapartida retroativa referente a 2007.

Neste ponto, o Presidente do CCP questionou se os executores já estavam definidos. A resposta foi que, embora haja previsão de lançamento de alguns editais, a maior parte das atividades será realizada pelo próprio MAPA. Ainda segundo o representante do MAPA, os recursos previstos no POA inicial entrarão como contrapartida da instituição, uma vez que já foram executados com recursos próprios.

A sra. Márcia Chame apresentou o POA da Fiocruz com indicativo da fonte de recursos, informou também que serão apresentados os comprovantes de despesas referentes a 2008 e que encaminhará, até o final do mês de novembro, a contrapartida retroativa com vistas a ser analisada pelo Banco Mundial.

O representante do Jardim Botânico, sr. Gustavo Martinelli fez a apresentação do POA da instituição com indicativo da fonte de recursos, justificando que as diferenças de valores entre o POA 2009 e o de 18 meses foram decorrentes das mudanças no Plano de Aquisições. Explicou também que os principais componentes do Plano de Aquisições foram previstos para o 1º semestre, enquanto os gastos relativos a produtos e resultados seriam realizados no segundo semestre de 2009. Ainda segundo o representante do JBRJ, basicamente os gastos serão com a consolidação do Centro de Conservação da Flora, levantou a necessidade de bolsas CAPES e reclamou da discrepância de valores do POA 2009 apresentado que, segundo ele, não bate com os números que foram enviados ao MMA.

Após muita relutância o representante do JBRJ concordou com a necessidade de ajustar os valores de acordo com o POA de 18 meses, mas fez a ressalva de que também haveria alterações quanto aos produtos do projeto.

Nesse ponto, a sra. Fátima Oliveira declarou que parceiros devem pensar como um projeto único.

A sra. Márcia Chame argumentou que os recursos do Banco Mundial serão utilizados para realizar coisas que os parceiros institucionalmente não seriam capazes de fazer e que são papel do governo realizar. Observou também a importância de não haver atropelos na requisição dos recursos.

Como o representante do JBRJ insistiu na discrepância entre valores enviados para o MMA e os apresentados, levantando a hipótese de uma possível falha na soma dos valores de outros parceiros também, o sr. Braulio Dias afirmou que no momento, o mais recomendável seria ajustar o POA e depois trocar informações para confirmar valores.

A sra. Clara Goedert, da Embrapa fez uma apresentação geral das atividades da instituição, informou ainda que a mudança de responsável pelo projeto dentro da instituição pode ter acarretado certa confusão de valores. Segundo ela, a Embrapa não possui gastos retroativos. Irá adequar o POA para o valor de R\$ 1.070.000,00.

A sra. Fernanda Marques, representante do Funbio, fez uma apresentação geral dos componentes com indicativo dos períodos em que cada contratação/aquisição seria realizada, sendo a maior parte prevista para o 1º semestre. A contrapartida viria de acordos com o setor privado.

Neste ponto da reunião, a representante da Embrapa indagou por que a contrapartida da sua instituição seria, no seu modo de ver, tão elevada. O sr. Braulio Dias respondeu que ainda pode haver revisão, porém a exigência inicial é que contrapartida seja igual a 3 para 1 dos valores do GEF e que valores maiores de contrapartida apresentados agora podem acarretar diminuição da mesma nos anos posteriores.

A sra. Andréia Nunes apresentou dúvidas quanto à contrapartida e quanto ao termo conveniente. Afirmou que contrapartida está alta, mas a expectativa é que diminua ao longo dos anos. Explicou que o projeto será totalmente desenvolvido na Mata Atlântica e que não serão realizados processos de seleção de propostas a serem realizadas com os recursos do GEF em 2009. Informou ainda que iria apresentar, até o fim de novembro, os valores do MCT para contrapartida retroativa.

O sr. André Fenner, representante do MS, fez uma apresentação dos componentes do projeto. Justificou a discrepância de valores entre o POA 2009 e o de 18 meses pelo fato de a parceira dentro do MS, Anvisa, ter solicitado boa parte dos recursos para o início de 2009. Informou que irá complementar as informações no SIGMA referentes ao POA do MS, que estava incompleto até o dia da reunião.

O Sr. Braulio Dias afirmou que o mais fácil seria fazer um ajuste interno para manutenção dos valores do POA de 18 meses e perguntou quais investimentos já podem ser comprovados como contrapartida.

Como resposta, o sr. André Fenner informou que a contrapartida será mantida, sendo que o seminário realizado em 2007 poderia ser considerado contrapartida. Além disso, estão sendo recolhidos outros comprovantes, como os contracheques dos servidores.

A sra. Daniela Oliveira apresentou os componentes do projeto do MMA, informando que valores do POA 2009 ultrapassavam em cerca de R\$ 200.000,00 o valor do POA de 18 meses e que a diferença será diminuída do projeto da Bireme de digitalização de obras raras.

O Sr. Ugo Vercillo, do ICMBio, mostrou-se interessado em participar das ações propostas pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) no âmbito do Projeto.

Item V da Pauta - Áreas Prioritárias

A sra. Daniela Oliveira informou que quase nenhum dos parceiros havia enviado a lista das áreas onde deseja trabalhar. Alguns parceiros responderam que tais áreas foram apresentadas no workshop, outros, que essa definição é difícil. O sr. Braulio Dias lembrou que no próprio workshop foi solicitado o envio das áreas.

O sr. Braulio Dias lembrou da dificuldade que será a integração das ações dos parceiros com as do Funbio, uma vez que estas estarão atreladas a recursos da iniciativa privada. No que se refere ao Funbio, o sr. Braulio solicitou que o mesmo, antes de fechar qualquer parceria, a submeta à UCP.

Ficou acertado que definição sobre os territórios será discutida na próxima reunião do Comitê de Coordenação do Projeto. Porém, isto não impediria que o Funbio já começasse uma prospecção de territórios e de possíveis parceiros.

Para a sra. Fátima Oliveira demonstrou preocupação quanto à possibilidade de que o Funbio fique atrelado a áreas onde existam mais oportunidades de acordos com iniciativa privada como, por exemplo, a Mata Atlântica.

A representante do Funbio sugeriu um seminário com os parceiros para março, o que foi considerada uma boa idéia por todos.

Item VII da Pauta - Bolsistas

Pelo adiantado da hora, chegou-se à conclusão de que dificilmente seria possível uma definição sobre o tema. Foi solicitada uma estimativa do número de bolsas necessárias para o desenvolvimento das atividades para cada parceiro.

A sra. Márcia Chame propôs que cada parceiro faça a contratação de uma instituição individual, embora isso vá acarretar um gasto que não estava previsto. A representante da Fiocruz apresentou algumas instituições que podem fornecer bolsas de todos os níveis. O sr. Braulio Dias ponderou que seria mais fácil que cada parceiro contrate sua própria fundação para disponibilizar bolsas. Ele próprio apresentou uma dúvida quanto a como incluir, em um POA anual, um edital que pode prever contratação por um período de vários anos.

Item VIII da Pauta - Contrapartida e avaliação

Foi acordado que a contrapartida dada ao Projeto e a avaliação do desempenho das instituições serão levados em consideração para a destinação dos recursos não alocados.

Item VI da Pauta - Discussão sobre o lançamento de editais conjuntos para contratação de serviços e bens

Quanto à data de envio das correções do POA 2009 para que o mesmo possa ser encaminhado para aprovação do Banco Mundial, ficou definido que cada parceiro teria até o dia 26 de novembro para enviar o POA 2009 com os ajustes que foram definidos na reunião. Como não havia mais tempo para discutir a questão dos editais conjuntos, ficou acordado que a UCP iria fazer a consolidação e encaminhar via e-mail para os membros do Comitê.

Item IX da Pauta – Deliberações finais

Uma vez que os alguns participantes insistiam na hipótese de que o somatório do POA estava incorreto, a sra. Daniela Oliveira se prontificou a realizar novamente esse somatório. Posteriormente, foi comprovado que o Sigma realmente estava efetuando os cálculos erradamente.

No que se refere à compra de passagens, foi levantada a questão da possibilidade de utilização de agências já contratadas pelas instituições. Surgiram dúvidas quanto ao valor máximo admitido para que fosse possível a utilização dessas agências, sendo inclusive solicitada uma confirmação por escrito pelos parceiros.

Ficou definido também que qualquer tipo de formulário que não estiver no Manual Operativo será devidamente desenvolvido.

Após isso a reunião foi dada como encerrada, às 17:50 h.

Sendo o que temos a relatar, apresentamos abaixo as deliberações finais da reunião:

- Encaminhamento pelos parceiros, do POA 2009 e Plano de Aquisições, já reajustados, até o dia 26/11/2008.
- Consolidação pela UCP, dos editais conjuntos dos parceiros e encaminhamento via e-mail. (não foi definido prazo)
- Solicitar à Caixa modelo de formulário para diárias.
- Incluir nos convites para as próximas reuniões, horário de início e término.
- Discutir na próxima reunião do CCP a respeito dos territórios onde serão desenvolvidos os projetos.
- O FUNBIO deverá fazer circular por meio de mensagem eletrônica, as análises que estiverem fazendo a respeito do projeto.
- O FUNBIO deverá, após 30/11/08, encaminhar um cronograma de suas atividades à UCP.
- A UCP deverá encaminhar, via e-mail, a lista de áreas prioritárias sugeridas pelos parceiros.

Brasília,

Carlos Alberto Benfica Alvarez
Técnico Especializado

Tatiana de Rezende Rosa
Analista Ambiental